



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

TAINARA FERREIRA MOUSINHO

HISTÓRIA E MEMÓRIA: O MOBRAL EM PORTO NACIONAL (1970)

Porto Nacional – TO
2021

TAINARA FERREIRA MOUSINHO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA: O MOBRAL EM PORTO NACIONAL
(1970)**

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História para obtenção do título de Licenciada em História e aprovado em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Benvinda Barros Dourado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M932h Mousinho , Tainara Ferreira .
HISTÓRIA E MEMÓRIA: O MOBREAL EM PORTO NACIONAL (1970) . /
Tainara Ferreira Mousinho . – Porto Nacional, TO, 2021.
38 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2021.

Orientadora : Benvinda Barros Dourado

1. Educação de jovens e adultos . 2. MOBREAL. 3. História Oral. 4.
Memória . I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

TAINARA FERREIRA MOUSINHO

HISTÓRIA E MEMÓRIA: O MOBRAL EM PORTO NACIONAL (1970)

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História para obtenção do título de Licenciada em História e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 20/04/2021

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Benvinda Barros Dourado
Professora Orientadora (UFT)

Prof.^a Dr.^a Regina Célia Padovan
Professora Avaliadora 1 (UFT)

Prof. Me. César Evangelista Fernandes Bressanin
Professor Avaliador 2 (UFT)

A minha avó, Emília (in memoriam), que cuidou de mim até o último instante de sua vida. Meu exemplo de amor, bondade e força. Minha saudade.

RESUMO

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi inserido no contexto do regime militar prometendo diminuir de forma significativa o índice de analfabetismo no Brasil. Esse artigo tem como tema o estudo do programa MOBRAL em Porto Nacional, localizado na antiga região norte de Goiás, na década de 1970, com o objetivo de compreender o seu desenvolvimento. Para tanto, usamos a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental em relação ao MOBRAL, mediada pela perspectiva da história oral. A pesquisa evidenciou uma série de dificuldades para o desenvolvimento do MOBRAL em Porto Nacional, como a desvalorização do Movimento por parte do poder público municipal e, conseqüentemente, a falta de recursos financeiro e material para a sua efetivação. Por outro lado, há uma memória positiva em relação ao significado do MOBRAL para os profissionais e alunos envolvidos na referida época de seu funcionamento.

Palavras-chave: Alfabetização de Adultos. Ditadura Militar. MOBRAL.

ABSTRACT

The Movimento Brasileiro de Alfabetização [Brazilian Literacy Movement] – MOBRAL was inserted in the context of the military regime promising to significantly reduce the illiteracy rate in Brazil. This article has as its theme the study of the MOBRAL program in Porto Nacional, located in the old northern region of Goiás, in the 1970s, with the objective of understanding its development. For this, se used the methodology of bibliographic and documentary research in relation to MOBRAL, mediated by the perspective of oral history. The research showed a series of difficulties for the development of MOBRAL in Porto Nacional, such as the devaluation of the Movement by the municipal government and, consequently, the lack of financial and material resources for its implementation. On the other hand, there is a positive memory in relation to the meaning of MOBRAL for the professionals and students involved in the referred period of its operation.

Keywords: Adult Literacy. Military dictatorship. MOBRAL.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 RETROSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (1940-1960)	13
3 ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: DE PAULO FREIRE AO MOBRAL.....	15
4 O MOBRAL EM PORTO NACIONAL	20
4.1 Memórias: o desenvolvimento do MOBRAL em Porto Nacional.....	20
4.2 História Oral: uma trilha no caminhar da pesquisa sobre o MOBRAL em Porto Nacional.....	26
4.3 O MOBRAL: representações e significados na visão da Coordenadora e Supervisora em Porto Nacional na década de 1970.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE.....	34
ANEXO	37

1 INTRODUÇÃO

Durante a trajetória acadêmica tivemos a oportunidade de trilhar o caminho da pesquisa, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o qual possibilitou a investigação, numa perspectiva histórica, do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e a alfabetização de adultos no Tocantins (antiga região Norte de Goiás), mais especificamente em Porto Nacional no período de 1970. Diante disso, após a conclusão do período de iniciação científica, resolvemos dar continuidade a pesquisa por meio do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Assim, concordando com Silva (2019, p. 24), ao destacar que “faz-se necessário questionar o que tornou o Mobral um movimento que parece fazer parte da memória do povo”, essa pesquisa tem como tema o estudo do programa MOBRAL em Porto Nacional e apresenta como objetivo compreender o processo de desenvolvimento do MOBRAL no município, localizado na antiga região norte de Goiás, na década de 1970.

A cidade de Porto Nacional se constitui como o espaço dessa pesquisa. O município surgiu na última década do século XVIII, na margem direita do rio Tocantins, no local de um porto de passagem dos mineradores que exploravam as minas auríferas de Pontal. Conhecida e atribuída pela historiografia regional como a "capital cultural" do norte de Goiás, Porto Nacional teve papel fundamental para o desenvolvimento da região norte do Estado, tornando-se uma das principais cidades do antigo norte goiano, antes da divisão do Estado de Goiás. Atualmente localiza-se a 66km da capital do estado de Tocantins, Palmas.

O período proposto para estudo localiza-se no contexto do período do Regime Militar (ditadura) no Brasil, na década de 1970. Considerando que, embora formalmente criada em 1967, por meio da Lei nº 5.379, a Fundação denominada de Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL só foi efetivamente implementada a partir da década de 1970 e o seu fim se deu por meio do Decreto nº 91.980 de 25 de novembro de 1985 redefinindo os objetivos e alterando a sua denominação.

Nas palavras de Germano,

À medida que o tempo passa e nos distanciamos daqueles “anos de chumbo”, a política educacional do período deva ser constantemente revista, não somente no sentido da produção de um conhecimento a respeito – que em si constitui um motivo plausível -, mas, igualmente, no sentido de resistir a toda forma de autoritarismo passado e presente (2011, p. 34).

No que se refere ao Estado, Germano (2011, p. 21) afirma que o “interesse é

sobretudo examinar o projeto educacional do Estado e, para isso, torna-se imprescindível captar os meandros em que a política educacional foi sendo tecida ao longo do período em estudo.”

Percebemos que durante o período em que os militares permaneceram no controle político do Brasil, por mais de vinte anos, muitos investimentos foram realizados, no entanto, “o Estado brasileiro investiu muito mais na esfera econômica (expansão das empresas estatais, incentivos ao capital privado etc.) e nas ações repressivas de toda a ordem” (GERMANO, 2011, p. 22). Com isso, notamos que o governo militar não estava preocupado efetivamente em desenvolver programas direcionados a educação. De acordo com Silva (2012, p. 21), “o analfabetismo no Brasil, na década de 1960 a 1970, atingia grandes proporções e repercussões negativas em nosso contexto sócio-econômico, exigindo assim uma ação prioritária.”

Levando em consideração a ausência de acesso a memória escrita, sobre o MOBRAL em Porto Nacional, recorreremos à metodologia de história oral tendo como base Bosi (1994), Meihy (1998), Ferreira; Amado (1998) e Thompson (1992), levando em conta que a não valorização dos saberes guardados pelos que vivenciaram a história pode dar-se no fim da memória. Desse modo, acreditamos estar, ao menos em parte, colaborando para que as memórias não sejam esquecidas, reconhecendo o valor da história oral, para a pesquisa histórica, enquanto metodologia de pesquisa e como fonte. Como afirma Ferreira; Amado (1998, p. 18),

A história oral já não tem que lutar constantemente para reivindicar um espaço no âmbito das ciências sociais, pois sua proposta metodológica adquiriu validade e competência; entretanto, o que ela pretende atualmente é mostrar sua potência, sua riqueza, suas dúvidas, seus problemas, seus desafios e seus resultados.

Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas com uma ex-Coordenadora de Área (SOUSA, 2020) e uma ex-Supervisora Global (OLIVEIRA, 2020), sobre o MOBRAL em Porto Nacional e com uma filha de uma ex-aluna do MOBRAL da cidade de Miranorte (TO) (ARAÚJO, 2020), a qual usaremos como exemplo, na tentativa de conhecer um pouco do perfil dos ex-alunos do MOBRAL, a partir das lembranças de Araújo.

De acordo com Diniz (2010, p. 3),

O estudo da História da educação brasileira, durante a ditadura militar, encontra-se bastante discutido (mas não esgotado) em meio à historiografia disponível, isso quando se pensa numa educação nacional. No entanto, quando trazemos a discussão para o campo do regional, a mesma história

não se repete, como no caso da História Educacional de Porto Nacional, até então situada no Norte Goiano, campo quase inexplorado.

Para esse trabalho, tomamos como principais referências bibliográficas, a dissertação de mestrado realizada por Danielly Cardoso da Silva (2019), intitulada “Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos: A Campanha Publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975)”. Nesta obra, a autora faz uma abordagem sistemática da educação de jovens e adultos, discorre sobre o contexto histórico de implantação do MOBREAL e suas características, por meio da análise realizada nas campanhas publicitárias do MOBREAL no acervo digital da Revista Veja. Destacamos a dissertação de Sonia Couto Souza Feitosa (1999), “Método Paulo Freire: Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação”. Nesta pesquisa, a autora nos apresenta os princípios, pressupostos e as práticas do Método Paulo Freire.

Outro estudo que traz como referência é o livro organizado por Arlindo Lopes Corrêa (1979), “Educação de Massa e Ação Comunitária”. Considerado o grande idealizador do Movimento, apresenta os programas desenvolvidos e o funcionamento do MOBREAL até o ano de 1979. Podemos citar também, a obra de Gilberta Martino Jannuzzi (1979), “Confronto Pedagógico: Paulo Freire e MOBREAL”, neste livro, a autora faz uma abordagem dos métodos de Paulo Freire e dos métodos do MOBREAL. Dessa forma, cada fonte: dissertação, livros, imagens e oralidade tem sua própria metodologia.

Usou-se, também, um conjunto de imagens (documentos) que possibilitou uma leitura iconográfica do MOBREAL em Porto Nacional no período em estudo, mediando a história e a memória.

No caminhar da investigação ficou explícito como é restrita a literatura sobre o MOBREAL em Porto Nacional, praticamente inexistente. Porém, temos consciência de que existem documentos sobre o movimento em Porto Nacional, mas por se tratar de domínio particular, ainda não conseguimos ter acesso às fontes. Além do quadro pandêmico – Covid 19 - mundial que dificultou a logística no acesso à documentação física e na realização das entrevistas.

A pesquisa se divide em três tópicos, sendo o primeiro uma retrospectiva da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, apresentando alguns dos programas educacionais propostos a essa modalidade de ensino, anterior ao golpe militar. O segundo tópico alfabetização de adultos: de Paulo Freire ao MOBREAL, apresentamos os métodos do educador e os métodos do movimento, abordando as especificidades de cada um. Por fim, o MOBREAL em Porto Nacional, no qual apresentamos as falas das entrevistas, as quais

permitiram a compreensão das ações desenvolvidas pelo MOBRAL em Porto Nacional e o significado do movimento para as colaboradoras da pesquisa.

Desta forma, acreditamos que a relevância deste estudo está em tentar construir, ao menos em parte, as práticas do MOBRAL em Porto Nacional, a fim de justificar seu papel e desenvolvimento, principalmente, devido a carência de escritas sobre o assunto no município mencionado. Assim, compreendemos, o quão significativa é nossa pesquisa, pois estamos contribuindo para que algumas memórias não sejam esquecidas.

2 RETROSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (1940-1960)

Em 1945, Getúlio Vargas¹ assinou o Decreto nº. 19.513, de 30/8/1945, que regulamentava o auxílio federal para o Ensino Primário, dos quais, 25% seriam destinados à educação de adolescentes e adultos. Com isso, “através dos seus recursos, o fundo deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 100-111). Ainda de acordo com esses autores, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, “foi significativa, principalmente por criar uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos, posteriormente preservada pelas administrações locais” (2000, p. 111).

Em 1947, surge a campanha, de esfera nacional, contra a erradicação do analfabetismo, através da Portaria da Educação nº. 57, de 30/1/47, que formara no Departamento Nacional de Educação, o Serviço de Educação de Adultos. Com intuito de organizar uma grande campanha, para isso foi necessário outras atitudes administrativas. Assim, criou-se o Fundo Nacional do Ensino Primário com a finalidade de liberar recursos para melhorar o sistema escolar primário.

Em 1947, foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) como serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, que tinha por finalidade a reorientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Uma série de atividades foi desenvolvida a partir da criação desse órgão, integrando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, bem como os governos estaduais e municipais e a iniciativa particular (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 111).

Em face do exposto, embora a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes continuasse suas atividades, duas outras campanhas ainda foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo elas: a Campanha Nacional de Educação Rural em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) - 1952 a 1963, tinha como objetivo levar a educação de base ao meio rural, isto é, era uma campanha voltada para o homem do campo. Os objetivos apresentados no Regulamento da Campanha

¹ Getúlio Vargas governou o Brasil de 1930 a 1945 e depois de 1950 a 1954.

especificavam a necessidade de um levantamento das condições econômicas, sociais e culturais do meio, ao mesmo tempo em que sugeriam metas como o preparo de técnicos, a cooperação entre instituições e o emprego de técnicas avançadas para o homem do campo, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares do seu entorno (DIÁRIO DAS LEIS, 1956).

Assim, no início da década de 1950, tinha duas Campanhas em funcionamento no Brasil: a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, iniciada em 1947 e a Campanha Nacional de Educação Rural, iniciada em 1952, mencionada acima.

Conforme Silva (2012, p. 42), anteriormente ao golpe militar, em anos de plena efervescência política, foram realizadas diferentes experiências de alfabetização de adultos, destacando o Movimento de Educação de Base (MEB), a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA), os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) no Rio de Janeiro.

Em relação ao período do golpe de 1964, nas palavras de Sérgio Haddad; Di Pierre (2000, p. 113)

O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos. A Secretaria Municipal de Educação de Natal foi ocupada, os trabalhos da Campanha “De Pé no Chão” foram interrompidos e suas principais lideranças foram presas. A atuação do Movimento de Educação de Base da CNBB foi sendo tolhida não só pelos órgãos de repressão, mas também pela própria hierarquia católica, transformando-se na década de 1970 muito mais em um instrumento de evangelização do que propriamente de educação popular. As lideranças estudantis e os professores universitários que estiveram presentes nas diversas práticas foram cassados nos seus direitos políticos ou tolhidos no exercício de suas funções.

Conforme Machado (2001), na sua pesquisa sobre a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Goiás, destaca que como ocorreu nos demais estados, também em Goiás as experiências populares de educação foram reprimidas pelo regime militar e a partir de 1970, volta em cena o Estado, como ator principal da Educação de Adultos, por meio do MOBREAL.

3 ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: DE PAULO FREIRE AO MOBREAL

Com o bom resultado da proposta educacional de Paulo Freire, seu método se espalhou pelo país, e a partir de então, passou a ser reconhecido e respeitado nacionalmente, com as propostas de educação popular e educação para adultos. Seu método possuía particularidades, por ser considerado diferente, transmitindo um sentido libertador, pois suas características eram fundamentadas nos conhecimentos prévios dos alunos, buscando ajudá-los, a partir de suas próprias vivências. Assim, com o crescimento do seu trabalho educativo, Freire foi encarregado pelo governo federal no ano de 1963 para desenvolver o Programa Nacional de Analfabetismo e elaborar um Plano Nacional de Alfabetização. Nas palavras de Feitosa,

Ao longo de sua militância educacional, social e política, Freire jamais deixou de lutar para superar a opressão e desigualdades entendendo que um dos fatores determinantes para isso é o desenvolvimento da consciência crítica. Seu projeto educacional sempre contemplou essa prática, construindo sua teoria do conhecimento com base no respeito pelo educando, na conquista da autonomia e na dialogicidade enquanto princípios ético-metodológicos (1999, p. 27).

No entanto, o contexto educacional tomou novos rumos a partir do golpe de 1964 e passou a ser visto em outras perspectivas, não se esperava que o desenvolver de seu método fosse excluído. De acordo com Feitosa (1999, p. 38),

O material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deveria veicular idéias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo, tira-se o direito do povo a uma educação libertadora, verdadeiramente democrática e emancipadora. Todo o acervo empregado na execução do Programa Nacional de Alfabetização foi recolhido com o objetivo de apagar aquela experiência. O que veríamos mais tarde, nas experiências alfabetizadoras que se seguiram no Brasil ditatorial, seria a despolitização total nos processos formativos e o congelamento das idéias e ideais transformadores.

Assim, com o golpe, os militares excluíram os projetos de interesse dos partidos anteriores, entre eles estava o projeto de Paulo Freire para a alfabetização de adultos. Com o argumento de que a projeto e as ideias de Freire era uma ameaça ao estado militar, conseqüentemente, o programa nacional de alfabetização foi banido. Nas palavras de Freire (1979, p. 46-47 *apud* SILVA, 2019, p. 38),

Vivia o Brasil, exatamente, a passagem de uma para outra época. Daí que não fosse possível ao educador, então, mais do que antes, discutir o seu tema específico, desligado do tecido geral do novo clima cultural que se instalava,

como se pudesse ele operar isoladamente. [...]. Na “Sociedade fechada”, temas como democracia, participação popular, liberdade, propriedade, autoridade, educação e muitos outros, de que decorriam tarefas específicas, tinham uma tônica e uma significação que já não satisfazem à Sociedade em trânsito.

A educação do período ditatorial, que se estendeu até 1985 era voltada para a formação do indivíduo como preparação de mão de obra ao mercado de trabalho. Neste sentido, a educação pretendia desenvolver um aprendizado direcionado para o meio profissional, com o intuito de adequar os sujeitos ao sistema. Assim, os projetos elaborados no período ditatorial, foi uma das maneiras que encontraram de inserir os sujeitos ao meio profissional.

Nesse contexto, o MOBREAL passou a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada, e tinha como meta prioritária erradicar o analfabetismo no país em dez anos de atuação. No Brasil, “o resultado do censo de 1970 foi de 17.936.887 analfabetos de quinze anos ou mais, correspondendo a 33% da população adulta” (BRASIL, 1973, p. 9).

Inicialmente, o MOBREAL foi organizado para ser dividido em dois programas: o Programa de Alfabetização Funcional e o Programa de Educação Integrada. Posteriormente, a Fundação implantou uma série de programas, como o Desenvolvimento Comunitário e as Atividades Culturais.

Referente aos objetivos do programa, eram assim resumidos (Brasil, 1972, p. 08 *apud* SILVA, 2019, p. 47),

- Erradicar² o analfabetismo;
- Integrar o alfabetizado na força de trabalho;
- Possibilitar ao alfabetizado educação continuada;
- Oferecer oportunidades para a promoção humana;
- Possibilitar treinamento para a preparação de mão de obra necessária, nos setores de trabalho;
- Incentivar o desenvolvimento comunitário.

Conforme o documento *Mobral: sua origem e evolução* (BRASIL, 1973), o Decreto nº 61.314, de 8 de setembro de 1967, colocava a alfabetização como uma exigência cívica e objeto de esforço nacional. Tal decreto previa a criação de cursos de alfabetização

² “A escolha do verbo erradicar presumia o analfabetismo como doença, geralmente utilizado no sentido de extirpar pragas ou parasitas. A perspectiva de integração do analfabeto à força de trabalho o coloca como um ser desarticulado da sociedade, improdutivo, tendo em vista que o Mobral o integraria à força de trabalho e o promoveria enquanto ser humano” (SILVA, 2019, p. 47).

funcional nas organizações sindicais, nas instituições de administração escolar em nível municipal, estadual e federal.

Como o Plano sobre Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos não previa recursos financeiros para sustentar sua ação, surgiu a necessidade, antes mesmo da aprovação pelo Congresso, de fazer funcionar o Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo citado Decreto 61.311 (BRASIL, 1973, p. 10).

De acordo com Prado (2017, p. 40), “apesar da rápida definição dos estatutos, organograma e toda estrutura administrativa, o MOBRAL ficou à espera de recursos financeiros necessários à execução de seu plano de ação.” Isto posto, tais recursos só foram conseguidos pelo Decreto nº 66.118, de fevereiro de 1970 que concedia vinculação de parteda receita da Loteria Esportiva aos programas de alfabetização de adultos supervisionados pelo MEC; e pelo Decreto nº 1.124³ de setembro de 1970, que permitiu às pessoas jurídicas a doação de 1% do imposto de renda devido à Fundação MOBRAL.

Dessa forma, (CUNHA e GÓES, 1991, p. 59 *apud* SILVA, 2019, p. 49),

Dinheiro para o Mobral não faltou, pois a Loteria Esportiva e os incentivos fiscais foram boas fontes de receita. Recursos humanos também, pois milhares e milhares de pessoas ofereceram-se como voluntários para alfabetizar os adultos, mesmo sem remuneração. Apoio institucional, o Mobral também teve abundante em todo o País, em todos os horários.

Formando-se como uma campanha de alfabetização de massa, o MOBRAL se tornou um dos principais pilares da política educacional do governo militar, mas foi considerada um grande fracasso, devido não ter alcançado os objetivos propostos. Então, em 1985, com o fim do regime militar, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL passou a se chamar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR, que mais tarde foi extinta também.

A maneira de associar os dois programas de educação, aparentemente parecia simples, tornando um deles como meio de realização do outro. No entanto, Jannuzzi explica que existem dois exemplos para associar os dois sistemas de educação, “primeiro, os que insinuam que o MOBRAL, baseando-se em Paulo Freire, teria, de certo modo,

³ Em 8 de setembro de 1970, dia oficial do lançamento da nova fase do MOBRAL, foi assinado pelo Exm.º Senhor Presidente Emílio Garrastazu Médici o Decreto-Lei n.º 1.124 permitindo que as pessoas jurídicas, ao invés de pagar 1% do imposto de renda devido, doassem a quantia correspondente ao MOBRAL (BRASIL, 1973, p. 12).

aperfeiçoado o protótipo original.” Assim, a autora apresenta o segundo exemplo, o qual se refere a semelhança dos métodos de ensino, “de certo modo abusivo, das técnicas de alfabetização de Paulo Freire, fora do seu contexto filosófico e político” (1979, p. 11).

Com isso, trata-se de duas pedagogias, as quais tiveram sucesso em todo o território nacional. Nas palavras de Jannuzzi,

O MOBRAL, instaurado com o novo regime político de 64, sentiu necessidade de dar continuidade ao movimento nacional de alfabetização, recorrendo, entretanto, a outra proposta pedagógica, outra forma de organização, o que indicaria a inadequação da pedagogia de Paulo Freire aos novos objetivos políticos do sistema instaurado depois da derrocada do populismo anterior (1979, p. 21).

Dessa forma, é necessário apresentar e analisar as duas pedagogias, para que assim, encontremos os verdadeiros e principais pontos de divergência ou semelhanças que nos permitam compreender, porque houve a exclusão de uma proposta, para adotar a outra. Na visão de Corrêa⁴ (1979, p. 11), nos primeiros anos do MOBRAL, o programa “viveu tranquilo, mas evidenciando o sucesso, a crítica surgiu com ares avassaladores, pois não se faz nada bem, impunemente, pois lá está a incompetência a combater o herói, o ídolo, aquele que se destaca.”

Portanto, os conceitos fundamentais de Paulo Freire e o MOBRAL partem de concepções e finalidades pedagógicas diferentes, pois os objetivos principais do MOBRAL eram de que o aluno aprendesse apenas as técnicas de ler e escrever, porém, como meio de habilitação profissional. Já os conceitos de Paulo Freire, enfatizam a visão do homem e do mundo nele inserido, as finalidades gerais dele decorrentes, o método e técnicas empregados para que se concretizem tais finalidades. Para Freire o educador e o educando estão no mesmonível.

Esta posição se explica porque acredita que ontologicamente todo homem é ser finito, inacabado. Assim, não existe alguém plenamente educado, pronto, terminado, capaz de atuar, sobre os outros; há apenas seres em diferentes fases de maturação, e que portanto devem sempre continuar a aprender, buscando Ser Mais (JANNUZZI, 1979, p. 26).

A autora não discorda que os métodos tenham semelhanças, por exemplo, ao se referir as palavras geradoras utilizadas no método de alfabetização, que para o educador Paulo Freire deveriam ser significativas, partindo e valorizando a realidade dos próprios

⁴ Arlindo Lopes Corrêa foi Secretário executivo do MOBRAL de 1972 a 1974, e especialmente como presidente de 1974 até 1981. Foi o grande idealizador, gestor, representante e defensor do MOBRAL.

alunos. Já na proposta pedagógica do MOBRAL as palavras eram postas sem permitir que os próprios alunos pudessem praticar o pensamento reflexivo.

À vista disso, se tratando de um regime autoritário, que não permitia uma sociedade ativa e reflexiva, influenciando drasticamente os caminhos que estimulavam ideias de mudanças no país e a transformação intelectual, momento em que a luta política e ideológica estava mais forte, qualquer instituição que representasse uma ameaça, era alvo de repressão e controle. Muitas foram as medidas tomadas por parte do regime militar. Logo, os intelectuais do período, que estavam atuando na educação brasileira foram presos e exilados, entre eles Paulo Freire, que vinha se destacando com um trabalho inovador de educação de adultos em Pernambuco. A repressão desarticulou os movimentos de educação no país.

Assim, acreditamos que os métodos de Freire e os métodos do MOBRAL não podem ser considerados os mesmos, algumas semelhanças, mas não idênticos.

4 O MOBRAL EM PORTO NACIONAL

4.1 Memórias: o desenvolvimento do MOBRAL em Porto Nacional

Em 1970 o município de Porto Nacional pertencia à região fisiográfica do Norte Goiano, que compreendia 32 municípios. Porto Nacional estava localizado a uma distância de 874km da capital do Estado (Goiânia). O município era composto por cinco distritos: Porto Nacional (sede), Canela, Fátima, Ipueiras e Silvanópolis e por uma população de 32.321. O índice de analfabetismo urbano na sede, girava em torno de 27,4%. “É de se supor que a situação seja mais grave nos povoados e na zona rural, onde reside a maior parcela da população” (BRASIL, 1970, p. 81). Em 1968, conforme o IBGE, a estimativa era que 40,3% da população rural no Brasil e marco forte na ocupação de Goiás.

A composição etária da sede do município em 1970, mostra que 46% estão acima de 18 anos (BRASIL, 1970). Em relação à essa faixa etária (19-29) apresentava 32,80% que não sabiam ler e nem escrever (IBGE, 1970).

Quadro 1 - Pessoas de 19 a 29 anos de idade que não sabem ler e escrever, no município de Porto Nacional- 1970.

	População (19-29)	Não sabe ler e escreve	%
Total	4.051	1329	32,80
Zona urbana	1.572	195	12,40
Zona Rural	2.479	1.134	45,74

Fonte: IBGE, 1970.

Conforme Silva (2019, p. 28), “compreender o Mobral é uma tarefa que deve ser cumprida considerando essa proposta educacional como fruto de seu tempo, com todas suas implicações políticas e econômicas.” Nessa perspectiva, na busca de compreender o desenvolvimento do MOBRAL em Porto Nacional, percebemos que os poucos registros encontrados apontam que o MOBRAL foi implantado por volta de 1974 a 1975. Encontramos assim, evidências, por meio das entrevistas e um conjunto de imagens (documentos) do Programa de Alfabetização Funcional (classes de alfabetização de adultos) e do Programa de Educação Comunitária para o trabalho (oferta de curso profissionalizante).

O prefeito era quem deveria desencadear o movimento de implantação do

MOBRAL no município. Em relação ao financiamento, as Prefeituras podiam participar do Movimento por meio de doações diversas, especialmente a retirada do Fundo de Participação dos Municípios, que obrigava à aplicação de pelo menos 20% de seu orçamento em Educação. Em Porto Nacional a Lei nº 668 de 08 de maio de 1973 autorizava o chefe do executivo de Porto Nacional, na época, Antônio Poincaré de Andrade (1973-1977), a conceder subvenção social ao MOBRAL, na quantia de 7.000,00 (sete mil cruzeiros) (PORTO NACIONAL, 1973).

O prefeito, também, era o responsável pela reunião e eleição dos que deveriam ocupar cargos na Comissão Municipal (COMUM). Exerceu a função de Presidente da COMUM em Porto Nacional, nos anos de 1978 e 1979, conforme registro em certificados (ANEXOS De E), Joaquim Mascarenhas Pereira. Além da COMUM, nesse município também, tinha, sob adireção da Coordenação Estadual de Goiás, uma Coordenadora de Área e Supervisora Global. Conforme a Coordenadora de Área do MOBRAL em Porto Nacional, no período de

1977 a 1985, Zenaide Ribeiro de Sousa (ANEXO A), foi convidada para exercer essa função pela Coordenação Estadual. Ela era responsável pelo município de Porto Nacional e alguns municípios circunvizinhos, a saber: Ponte Alta, Monte do Carmo e Brejinho de Nazaré. Segundo ela cada cidade dessas tinham ainda, sob a sua responsabilidade de acompanhar, os seus distritos e povoados.

Cada cidade mencionada, acima, tinha um responsável, um líder, que de certa forma era escolhido junto à comunidade, o qual era ligado a Coordenadora de Área.

Porque quando eu chegava eu queria saber de tudo. Eles tinham o plano de trabalho, assim eu acompanhava esse plano, e eles ficavam recrutando junto com a Secretária Municipal de Educação e com o prefeito. Assim, eles faziam a programação e me esperavam pra eu fazer os contatos (SOUSA, 2020).

Dessa forma, a Coordenadora de Área juntamente com os demais responsáveis, realizavam visitas em todas as escolas municipais ou outros espaços físicos que ofertavam o MOBRAL. Esse acompanhamento, segundo a Coordenadora, acontecia uma vez por mês e tinha a duração de cinco a oito dias em cada cidade. Zenaide Sousa acrescentou que as visitas eram feitas tanto nas escolas que haviam estradas trafegáveis quanto naquelas de difícil acesso. E mesmo diante das dificuldades, principalmente de acesso, o mesmo trabalho que faziam na zona urbana também procuravam, de alguma forma, realizar na zona rural.

Mas, na zona urbana funcionou melhor, porque o acesso era mais fácil. Na zona rural eles queriam muito estudar, mas era difícil o acesso, as vezes tinha um quilometro pra ele caminhar, uma distância, né? Tinha um córrego pra passar no inverno, enchia né? Enfim, essas dificuldades. Mas, a dificuldade maior que eu encontrei foi o problema de vista dos alunos (SOUSA, 2020).

Assim, percebe-se que os jovens e adultos da zona rural, espaço onde apresentava um índice maior de analfabetismo, não tiveram a mesma possibilidade para participar do Programa como os alunos da zona urbana, pois, além do problema de visão, tinham que enfrentar as dificuldades de deslocamento para chegar à escola. Inclusive, na zona rural era muito difícil ter uma igreja, ou um espaço mais adequado para se criar uma sala de aula (espaços para a sala de aula), o que tornava o acesso mais complicado, pois onde tinha uma igreja, o MOBRAL conseguia autorização para oferecer aulas, permitindo que os alunos da zona rural tivessem mais chances de continuar estudando.

Fazendo referência aos espaços cedidos para formar e abrigar as classes do MOBRAL, Corrêa (1979, p. 55) destaca que eram “muitas vezes construídas pelos próprios alunos, outras vezes funcionando ao ar livre, debaixo de árvores, mas sempre obtidas ou cedidas pela comunidade.” Tomando como exemplo, a experiência do MOBRAL em Miranorte (TO), Araújo (2020), destaca que a sua mãe estudou no prédio da Igreja Adventista do Sétimo Reino.

Araújo (2020), ainda relata que as aulas ocorriam de segunda a sexta-feira, no horário das 19h às 21h. Conforme ela “era o horário que uma dona de casa ou quem trabalhava na roça podia ir estudar.” Acrescentando que “o papai mesmo não quis ir pois ele trabalhava na fazenda e acordava muito cedo, quando chegava só queria um descanso.”

Na fala de Corrêa (1979, p. 39) o MOBRAL adaptava-se, de acordo com as condições locais, as aulas aconteciam de maneira que não interferisse “com as fainas intensas de plantio e colheita, com as épocas de maior turismo etc. Nossas classes não têm períodos fixos, horários rígidos. Tudo é feito em favor das conveniências do aluno.”

Outra dificuldade enfrentada na zona rural era a desvalorização por parte do prefeito que não assumia as escolas municipais, sendo que o MOBRAL funcionava, de certa forma, na estrutura do município. Assim, Sousa (2020) relata que:

Tinha os prefeitos que não valorizavam o MOBRAL, eles achavam que o MOBRAL era um lixo, não era importante, não era um programa federal. Assim, até hoje tem gente que xinga o outro chamando de MOBRAL, pra gente quebrar esse tabu aí foi difícil, até hoje existe né. O MOBRAL para as pessoas que não entendiam, só começaram a entender quando viram o sucesso das ações (SOUSA, 2020).

Continuando com o seu relato, Sousa (2020) diz que: “Eu cheguei em várias escolas municipais e não tinha quadro, mas como a professora tentava ser criativa, ela pegava aquelas congas de coco e escrevia, mas tinha umas escolas que tinha quadrinhos, mas era no banco.”

Havia também, uma evasão muito grande dos alunos, devido as dificuldades já citadas, como o problema de falta de visão adequada por alguns alunos e a falta de energia elétrica. Como as aulas funcionavam a noite e os alunos já se encontravam com problemas de visão⁵, a falta de iluminação só tornava as coisas mais difíceis

Aquela fumaça de óleo subia pra cara né?! Daí devido essa dificuldade a gente foi ampliando, melhorando, conversando e a gente pediu e eles mandaram os lampiões. Era daqueles do vidrinho fino cumprido, aí melhorou muito, mas, mesmo assim eles quebravam muito também, aquele vidro quebrava. Então, tinha essas dificuldades (SOUSA, 2020).

Em relação aos professores do MOBREAL, percebemos que tinha os formados em curso de habilitação em Magistério e outros que ainda não tinham concluído esse curso. Isso se dava para atender a demanda de alunos, porque para cada classe tinha um professor. Sousa (2020) destaca que os professores não assumiam a sala de aula, sem antes passarem pelo treinamento. Tal curso tinha duração de uma semana, o qual era ofertado tanto para os professores que tinham Magistério como para aqueles que não haviam completado os estudos (ANEXO E). Notamos também que a Coordenadora e Supervisora participavam de encontros e capacitações (ANEXOS A, B e D).

Além dos cursos, conforme Sousa (2020), tinha também “as reuniões periódicas com os professores, eu acompanhava e quem tinha a obrigação de ir mais do que eu era a supervisora municipal e fazer o relatório para prestar contas.”

Nesse sentido, registramos a fala da Supervisora Municipal do MOBREAL/Supervisão Global em Porto Nacional, de 1975 a 1979, Iris Santana (Barros) Oliveira (ANEXO C), a qual tinha o papel de acompanhar os cursos, as reuniões, as aulas e de mobilizar as cidades para formar novas turmas. Em sua fala expressa que: “Cada

⁵ “A distribuição de óculos aos alunos com deficiência visual, visando melhorar os níveis de aprovação e matrícula nos cursos de alfabetização, por exemplo, está a demonstrar a viabilidade de idêntica medida para o ensino formal, pois os custos são razoáveis (Cr\$ 170 por unidade) e o INAMPS demonstra o maior interesse em ampliar sua capacidade de realização de exames oftalmológicos. Mensalmente, cerca de 10 mil óculos estão sendo distribuídos aos alfabetizando que, assim, acabam por desvendar dois novos mundos: o mundo concreto, que viam deformado, e o mundo do saber que ignoravam” (CORRÊA, 1979, p. 44). Porém, não se tem informações que os alunos do MOBREAL em Porto Nacional tenham recebido óculos.

final de mês eu tinha que mandar um relatório de cada escola, relatando como estava o desenvolvimento, eu trabalhava que nem uma louca, mas eu dava conta.” Continua: “Depois de todo trabalho a comissão era avaliada, pela comissão Estadual e pela Federal. Tudo era avaliado antes e depois” (OLIVEIRA, 2020).

Em relação ao deslocamento às escolas, principalmente, considerando a falta de iluminação e transporte adequados, naquele período, Oliveira destaca que:

Eu tinha que visitar essas salas de noite e eu não tinha carro nem bicicleta e era longe e não tinha energia, tinha vez que eu ia de pé, chamava uma pessoa pra ir comigo, as vezes alguém me levava de bicicleta, naquele tempo caia demais né?! Era tudo no escuro e eu ia muito longe, mas eu ia (OLIVEIRA, 2020).

Ela conta ainda que, “às vezes eu deixava um bilhete na prefeitura solicitando um carro, quando era muito longe, demorava um pouco, mas eles mandavam o carro para me levar.” Diante desse quadro relata que “era difícil, mas eu gostava muito do meu trabalho, poderia fazer tudo de novo” (OLIVEIRA, 2020).

Conforme essa supervisora nos quatro anos que ela assumiu essa função, houve um salto no número de salas do MOBREAL:

Quando eu cheguei tinha 8 salas de aula, e quando eu sai deixei umas 80 salas de aula. Por que? Porque eu ia pro sertão numa fazenda grande ali eu já implantava uma sala de aula que era pra erradicar o analfabetismo. Tinha que fazer isso. Eu andava nesses municípios de Porto até Palmas, que tudo nesse tempo era município de Porto (OLIVEIRA, 2020).

Assim, conforme a supervisora, para que formassem as turmas, antes era necessário organizar uma grande mobilização na cidade, com carro de som e panfletos,

Nesse meio de divulgação a gente mobilizava a cidade toda, todo mundo se envolvia com aquilo ali. A cidade toda ajudava no recrutamento de alunos, que era a matrícula, juntar os alunos para fazer a matrícula. Isso era feito de seis em seis meses, porque cada seis meses eram turmas diferentes (OLIVEIRA, 2020).

Conforme Corrêa (1979, p.39), ao tratar dessa mobilização da comunidade, diz que,

Essa mobilização geral da comunidade para a causa educacional redundou na cessão gratuita dos locais para as classes e para os Postos Culturais, na doação aos alunos, pela população, de cadernos, lápis, borrachas, carteiras, bancos, quadros de giz, lampião etc., para permitir seu funcionamento.

Nas palavras de Oliveira (2020),

A turma iniciava em janeiro aí em junho já era encerramento, aquela festona, festa, banquete mesmo que faziam. Nesses seis meses eles aprendiam ler, eles recitavam lá na frente, eles falavam, eles discursavam, eles inventavam coisas, parodia né que chamava? Essas coisas, eles mesmos que inventavam.

Segundo Araújo (2020), em seu relato sobre a experiência da sua mãe no MOBRAL, diz que:

Minha mãe estudou uns dois anos lá, tinha que se alfabetizar. Aprendeu tudo que o ser humano precisa saber de básico, para não passar vergonha no mundo, né? Minha mãe não sabia nada, aprendeu ler, escrever e contar no MOBRAL. Fechou o curso, e ela já tinha se alfabetizado, era só pra aprender ler e fazer umas continhas, vender um ovo, uma galinha, né?! Porque naquela época as mulheres não podiam trabalhar fora.

No período de seis meses, a alfabetização oferecida pelo MOBRAL, atribuía ao aluno a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso no desenvolvimento de alfabetização. Com isso, nota-se que era responsabilidade individual daquele que conseguia se alfabetizar. Na falada Dona Iris, percebemos com mais clareza, ao dizer que: “era minha obrigação anotar o desenvolvimento da professora e do aluno, se realmente o aluno estava em condições de receber aquelas aulas, ou tinha que ser mais forte ou mais fraca.” Percebe-se que fazia uma sondagem, avaliação do desenvolvimento do aluno.

Dessa forma, vale destacar que “ler, escrever e contar são certamente possibilidades que ao homem são oferecidas não só como acesso à via do conhecimento, mas também como elemento de enriquecimento de sua condição humana” (RAMOS; FONSECA, 1979, 64).

Percebe-se que assim, o MOBRAL presumia estar atingindo um dos seus objetivos, alfabetizar (saber ler, escrever e contar) e integrar o alfabetizado à força de trabalho, uma vez que para o Programa o analfabeto era visto como um ser improdutivo economicamente.

Embora nas palavras de Corrêa (1979, p. 40), o alfabetizador (a) do MOBRAL era informado “para o fato de que seu aluno não é uma folha em branco na qual ele vai escrever verdades absolutas e definitivas. Ele tem uma experiência de vida que se deve conhecer, reconhecer e respeitar”, Araújo (2020), destaca que para a alfabetização “o MOBRAL ofertava as apostilas e a tabuada.” (ANEXO L). E completa que a professora “passava atividade para casa, tudo bonitinho, como nas escolas das crianças hoje.”

Conforme Sousa (2020), outra possibilidade de atividades para os alunos do MOBRAL e que vale destacar, foi a Mobralteca, a qual visava a descoberta de valores e a valorização da cultura local.

Nós tínhamos a Mobralteca era o que nos ajudava muito. (...). A Mobralteca é tipo um caminhão Baú que tinha a biblioteca, livros excelentes, tinha os profissionais na atividade física. Tudo isso o Mobral fazia, eu acho assim, que foi um dos órgãos mais organizados que eu já trabalhei é o Mobral. Tinha a parte cultural, tinha shows dos artistas locais, eu discursava muito e eu gostava muito, sabe? Junto com pessoas competentes, que era as pessoas que vinham apoiar. Quando a Mobralteca ia embora, eu não podia ir na rua que pediam pra voltar, era festa na praça do centenário. Eu nunca vi uma festa assim. Por isso eu gosto da educação, por isso eu dei certo (SOUSA, 2020).

A Mobralteca era uma unidade móvel, criada na década de 1970 com o objetivo de difundir cultura em todo o país. O programa cultural oferecia literatura, artes plásticas, artesanato, televisão, cinema, patrimônio histórico e reservas naturais. Assim, acredita-se que após as apresentações as pessoas passavam a serem mais conhecidas, ganhando a oportunidade de se apresentarem em outras cidades, possibilitando que elas vivessem da profissão em destaque, por exemplo, músicos. Atividades que podemos evidenciar por meio dos encontros de alunos(as) do MOBREAL e os festivais (G e H).

Percebemos que o MOBREAL ofertava, também, cursos de formação profissional como podemos exemplificar com o curso de tratorista que ocorreu em Porto Nacional (ANEXO I). Tomamos como exemplo, também, embora não sendo de Porto Nacional, mas em Dianópolis na mesma região, a implantação do Programa de Educação Comunitária para o trabalho, o qual oferecia diversos cursos, como: corte, costura e bordados (ANEXO J).

4.2 História Oral: uma trilha no caminhar da pesquisa sobre o MOBREAL em Porto Nacional

Embora considerando o número pequeno de entrevistadas, acreditamos que os depoimentos colhidos da ex-Coordenadora de área e da ex-Supervisora Global sobre o MOBREAL em Porto Nacional e o seu significado para suas vidas e na vida dos ex-alunos, nos permitiram observar de perto questões subjetivas em seus testemunhos, na tentativa de uma maior compreensão do que foi posto acerca dos fatos vividos.

Nesse sentido, concordamos com Bosi (1994, p. 21), ao salientar que “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito.” Pois, é necessário que o pesquisador se comporte de maneira sensível ao analisar os depoimentos. Assim, nos preocupamos em apresentar, relatos que possam demonstrar as reais condições de vida dos ex-alunos, naquele contexto, por meio das entrevistas.

Segundo Meihy (1998, p. 13), “atualmente, a história oral já constitui parte integrante do debate sobre a função do conhecimento histórico e atua em uma linha que

questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais.” Dessa forma, nota-se que a história oral conquistou seu espaço como um campo de estudo, pois muita atenção tem sido dedicada a esta metodologia de pesquisa.

Nessa perspectiva, reconhecendo como afirma Thompson (1998, p. 34), “a pesquisa de história oral pode também levar a própria exposição a se aproximar mais do original histórico.” Pois, foi por meio das entrevistas que conseguimos observar de perto, na tentativa de uma melhor compreensão do que foi posto a respeito dos acontecimentos passados.

Entretanto, a história oral é vista por alguns estudiosos como uma outra história, sendo rejeitada como metodologia, principalmente dentro da pesquisa histórica, por aqueles que não acreditam nela e muitas vezes a veem com certa desconfiança, por não aceitarem como mero recurso multidisciplinar, possibilitando que diferentes linhas de pesquisa possam dialogar. “De fato especialmente, nos países germânicos, muitos são os que sustentam a pretensão da história oral a ser uma “outra história” e que vêm nela a ponta avançada” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 4).

Depois de efetuado o contato e aceito o convite para participação nesta pesquisa, marcamos o dia da entrevista com a ex-Supervisora e com a ex-Coordenadora. Foi solicitado às entrevistadas uma narrativa sobre o período de sua trajetória no MOBREAL, para que assim pudessemos obter mais informações.

Outro aspecto fundamental ao trabalhar com história oral é a importância da memória, “hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da cidade grega ela era vidência e êxtase. O passado revelado desse modo não é antecedente do presente, é a sua fonte” (BOSI, 1994, p. 89).

Nesse sentido, Thompson, considera que “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (1998, p. 337). Assim, tal processo é compreendido como memorização, pois exige daquele que recorda uma reorganização, requer uma recuperação do passado a partir do que foi vivido, até o momento atual. Pois a memória busca uma reelaboração do presente para que assim, possa ser lembrada e assumida. Com isso, a rememoração possibilita a quem fala, uma oportunidade de refletir sobre si mesmo e seu passado. Permitindo aos depoentes e leitores entenderem momentos históricos e se sentirem parte do contexto em que vivem.

Desde os nossos primeiros contatos com a professora Iris (ex-Supervisora Global)

e a professora Zenaide (ex-Supervisora de Área), pudemos perceber a dedicação que elas tiveram em trabalhar com jovens e adultos, em seus olhares existiam um brilho inexplicável ao falar de sua trajetória no MOBRAL, as emoções eram transparentes.

Para o pesquisador, ter a oportunidade de participar desse momento de recordações e registrar acontecimentos esquecidos pela historiografia atual, é uma experiência muito importante.

4.3 O MOBRAL: representações e significados na visão da Coordenadora e Supervisora em Porto Nacional na década de 1970

As falas da Coordenadora de área (1977-1985) e de uma Supervisora global (1975-1979) municipal em Porto Nacional nos permitiram refletir sobre algumas ações do Movimento em Porto Nacional e, assim, compreendemos e, sobretudo, percebemos as ressignificações que podem ser construídas nas práticas desenvolvidas em um Movimento com a dimensão que teve o MOBRAL.

No que diz respeito ao significado e importância das ações alfabetizadoras do MOBRAL para os ex-alunos, do ponto de vista das entrevistadas, a pesquisa evidenciou a forte aprovação do Movimento, uma vez que este se apresentava como uma oportunidade de acesso ao ensino (ler e escrever) para pessoas adultas portuenses, sendo que uma boa parte dos alunos da época residiam na zona rural do município em estudo.

Por motivos como estes, as entrevistadas consideram o MOBRAL uma ação de extrema importância para o desenvolvimento dos sujeitos, permitindo que eles tivessem mais condições de melhorar de vida, destacando com saudosismo as contribuições advindas das ações de alfabetização e outras, que foram implementadas no município.

Na visão de uma filha de uma ex-aluna do MOBRAL, embora não sendo de Porto Nacional, mas da mesma região, o Programa foi maravilhoso para a sua mãe, “ela se sentiu poderosa, uma mulher que sabia ler, escrever e contar.” E aponta que: “Ah, o MOBRAL antigamente para os idosos era como doce para as crianças.”

Os depoimentos da Coordenadora de Área e da Supervisora Global sobre o significado do MOBRAL em suas vidas e na vida dos ex-alunos, nos permitiram observar de perto as questões subjetivas em seus testemunhos, na tentativa de uma maior compreensão do que foi posto acerca dos fatos vividos. Vejamos, assim, o comentário de Oliveira (2020) em relação ao significado do Movimento em sua vida.

O MOBRAL me deixou até hoje saudades. Se ainda fosse existir algo para

desenvolver no MOBRAL, eu seria a primeira pessoa a me oferecer, é assim, um programa muito organizado e que deixa também a gente se organizar. Então eu diria que tenho saudades dos professores da época, do movimento inteiro, dos alunos que agradavam a gente tanto por onde a gente andava, não deixava a gente só. Eram muitos amigos, muitos (OLIVEIRA, 2020).

Assim, percebemos a satisfação que foi para Oliveira trabalhar no MOBRAL. Ao dizer que “também deixa a gente se organizar”, ela se refere a vida após sair do Movimento, pois, logo casou-se e teve filhos, e seu aprendizado e desenvolvimento como Supervisora fez com que ela soubesse organizar sua vida, ser uma boa esposa e ajudar seus filhos, “minha filha é professora também, e quando ela começou a trabalhar usava os meus materiais do MOBRAL, eu tinha muita coisa guardada, mas com o tempo e as mudanças eu perdi quase tudo.”

Nota-se, que mesmo diante das dificuldades da época e o trabalho exaustivo, Iris Oliveira conseguia realizar o acompanhamento em todas as salas de aula e fazer os relatórios, pois, como ela conta, “era difícil, mas eu gostava muito do meu trabalho, poderia fazer tudode novo.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Silva (2019, p. 20), “o passado se apresenta nas fontes como um quebra-cabeça a ser montado pelo pesquisador, não basta ter as peças para compô-lo, é preciso problematizar, questionar, para assim escrever e talvez alçar compreensão do passado histórico.” Concordamos com a autora, uma vez que entendemos que o trabalho de pesquisar, vai além das fontes, é necessário ter o cuidado ao montar as peças.

O MOBRAL, criado em 1967, em meio ao Golpe Militar (1964-1985), com a finalidade de erradicar o analfabetismo no Brasil, foi duramente criticado por “favorecer” a ideologia do regime e por não contemplar a formação de cidadãos críticos.

Em Porto Nacional, por meio da pesquisa, vale destacar, para além das críticas macro ao MOBRAL, e que por vezes encontradas em literaturas regionais, alguns problemas que afetaram o seu desenvolvimento. Assim, a desvalorização do MOBRAL por parte do poder público municipal (prefeito) e conseqüentemente a falta de recursos financeiro e material para a sua efetivação. Nesse aspecto podemos apontar a falta de espaços físicos, espaços adequados, falta de energia elétrica na zona rural e, por vezes, na sede e iluminação pública na cidade, estradas de difícil acesso, intrafegáveis e falta de transporte para os profissionais realizarem a supervisão e orientação das atividades pedagógicas.

Percebemos, também, que embora a literatura mostra que havia muito recurso financeiro para a Fundação MOBRAL, e que os municípios eram parceiros, esse recurso não chegava às escolas, principalmente da zona rural por meio de materiais pedagógicos para serem usados pelos professores. Outro problema destacado que afetava o desenvolvimento de alunos do município de Porto Nacional era a falta de visão adequada para a leitura, o que influenciava no grande número de evasão.

Por outro lado, há uma memória positiva em relação ao significado do MOBRAL para os profissionais e alunos envolvidos nesse período, por meio da memória das pessoas entrevistadas. Portanto, para elas o MOBRAL foi um programa muito importante e que atendeu a necessidade da população portuense no período em estudo. Portanto, para aqueles que não dispõem de outro referencial ou experiência o que vivencia acaba sendo de maior valor. Portanto, acreditamos que os envolvidos no MOBRAL e os alunos que participaram, devido à situação delicada que se encontravam, olhavam para o programa como uma grande oportunidade de mudar e melhorar de vida. Porém, conseguimos evidenciar as verdadeiras

intenções por trás do MOBRAL. Assim entendemos que os métodos de Paulo Freire não são os mesmos que os métodos realizados pelo MOBRAL, pois para o educador, os alunos deveriam ter consciência crítica e reflexiva de sua condição, para que assim, pudessem se tornar os próprios protagonistas de sua vida.

Como explica Paulo Freire (1979, p. 23), “as palavras geradoras devem nascer desta procura e não de uma seleção que efetuamos no nosso gabinete de trabalho, por mais perfeita que ela seja do ponto de vista técnico.” Enquanto, o MOBRAL pretendia apenas ensinar os alunos a ler e escrever, não havendo possibilidade de formar pessoas reflexivas. Essa questão, explica o olhar que a população portuense tem ao se tratar do MOBRAL como o melhor movimento que já existiu no Brasil. O povo que nada tinha contentava-se com o pouco que chegava.

Dessa maneira, compreendemos que o tecnicismo foi a forma que o governo militar encontrou para enganar as populações carentes e ignorantes do saber, direcionando os sujeitos ao estudo, precário, sem embasamento crítico e reflexivo. Já que o material didático do MOBRAL não ensinava o aluno a instigar e refletir situações, principalmente a qual ele estava inserido, priorizando a memorização, minimizando a teoria que poderiam ser exploradas, mas as situações não exigiam, bastava que o aluno aprendesse o básico, para que pudesse ingressar no mercado de trabalho, e o prazo para ser alfabetizado era muito curto.

Gostaríamos de ressaltar que não tivemos a chance de realizar entrevistas com os ex- alunos do MOBRAL de Porto Nacional por isso, a pesquisa não apresenta respostas sobre como se efetivaram as práticas de ensino. Por conseguinte, para que seja possível uma verificação, faz-se necessário, em uma perspectiva de pesquisa futura, entrevistar algumas pessoas que fizeram parte desta história, principalmente os ex-alunos e professores que atuaram no município de Porto Nacional.

Por fim, acreditamos que seja importante aprofundar os estudos sobre o papel do MOBRAL, sobretudo na antiga região norte de Goiás, no município de Porto Nacional, percebe-se que ainda carece de reflexões, principalmente, devido à ausência de memória escrita. Para que seja possível, com isso, registrar algumas memórias do movimento na historiografia atual, antes que sejam esquecidas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Aparecida de Azevedo. **O Mobral em Porto Nacional**. Porto Nacional, 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Mobral: sua origem e evolução**. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. **Relatório preliminar de desenvolvimento integrado**: Porto Nacional. Brasília: Ministério do Interior, 1970.

CORRÊA, Arlindo Lopes. MOBREAL – Pedagogia dos Homens Livres. In: CORRÊA, Arlindo Lopes (org.). **Educação de Massa e Ação Comunitária**. Rio de Janeiro: MOBREAL AGGS, 1979, 472p.

DIÁRIO DAS LEIS. **Decreto nº 38955 de 27/03/1956 / PE - Poder Executivo Federal**. Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) instituída em 9 de maio de 1952. Arquivo Portal de Legislação, 1956. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao>.

Acesso em: 06 mai. 2020.

DINIZ, Victor Ferreira. **Educação Brasileira Durante a Ditadura Militar e Suas Influências no Ensino de Porto Nacional – TO: ensino primário entre os anos de 1973 e 1985**. Porto Nacional, 2010.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **MÉTODO PAULO FREIRE: Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – USP. São Paulo, 1999. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4274/2/FPF_PTPF_01_0923.pdf.

Acesso em: 13 jan. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire; [tradução de Kátia de Melo e Silva, revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra], - São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf**.

Acesso em: 20 jan. 2020.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

IBGE. Censo Demográfico - Goiás. **Série Regional - U. T - Tomo XXIII**, 1970.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto Pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

MACHADO, Maria Margarida. **A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990**. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

OLIVEIRA, Iris Santana. **O Mobral em Porto Nacional**. Porto Nacional, 2020.

PORTO NACIONAL. **Lei nº 668 de 08 de maio de 1973**. Autoriza o chefe do poder executivo, a conceder subvenção social ao Mobral- Movimento Brasileiro de Alfabetização. Porto Nacional: Arquivo da Câmara Municipal, 1973.

PRADO, Mariana Lemos do. **Educação de jovens e adultos: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos que conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL (1967-1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2017. Disponível em: <https://1library.org/document/yr2d6r7z-educacao-principios-politicos-pedagogicos-conduziram-educacional-movimento-brasileiro.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

RAMOS, Odaléa Cleide Alves; FONSECA, Maria Stella Vieira da. Por um Sistema de Educação Permanente. In: CORRÊA, Arlindo Lopes (org.). **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979, 472p.

SILVA, Da Simone. **Panorama Histórico do MOBRAL: operacionalização no município de Araras**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Rio Claro – SP, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91027/silva_s_me_rcla.pdf;jsessionid. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Danielly Cardoso da. **“Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos”**: A Campanha Publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975). Dissertação (Mestrado em Educação) – UFG. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9558>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SOUSA, Zenaide Ribeiro de. **O Mobral em Porto Nacional**. Porto Nacional, 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

APÊNDICE**APÊNDICE A - Carta de Cessão**

Carta de Cessão

CARTA DE CESSÃO

Miranorte, 28 de fevereiro de 2020.

A

Tainara Ferreira Mousinho

Eu, **Maria Aparecida de Azevêdo Araújo**, viúva, CPF: 775.026.041-20, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em **28 de fevereiro de 2020** para **Tainara Ferreira Mousinho**, CPF: 066.917.281-22, usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente

Maria Aparecida de Azevêdo Araújo
MARIA APARECIDA DE AZEVÊDO ARAÚJO
Assinatura do Depoente

Assinatura da Depoente – Maria Araújo

APÊNDICE B - Carta de Cessão

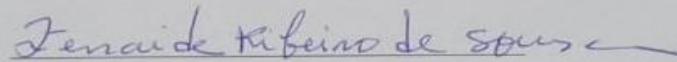
Carta de Cessão

CARTA DE CESSÃO

Porto Nacional, 13 de julho de 2020.

A
Tainara Ferreira Mousinho

Eu, **Zenaide Ribeiro de Sousa**, viúva, CPF: 168.745.871-53, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em **25 de junho de 2020** para **Tainara Ferreira Mousinho**, CPF: 066.917.281-22, usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.
Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente



ZENAIDE RIBEIRO DE SOUSA
Assinatura do Depoente

Assinatura da Depoente – Zenaide Sousa

APÊNDICE C - Carta de Cessão

Carta de Cessão

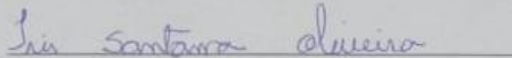
CARTA DE CESSÃO

Porto Nacional, 14 de julho de 2020.

A
Tainara Ferreira Mousinho

Eu, **Iris Santana Oliveira**, casada, **RG: 3.489.79**, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em **14 de julho de 2020** para **Tainara Ferreira Mousinho**, **CPF: 066.917.281-22**, usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente



IRIS SANTANA OLIVEIRA
Assinatura do Depoente

Assinatura da Depoente – Iris Oliveira

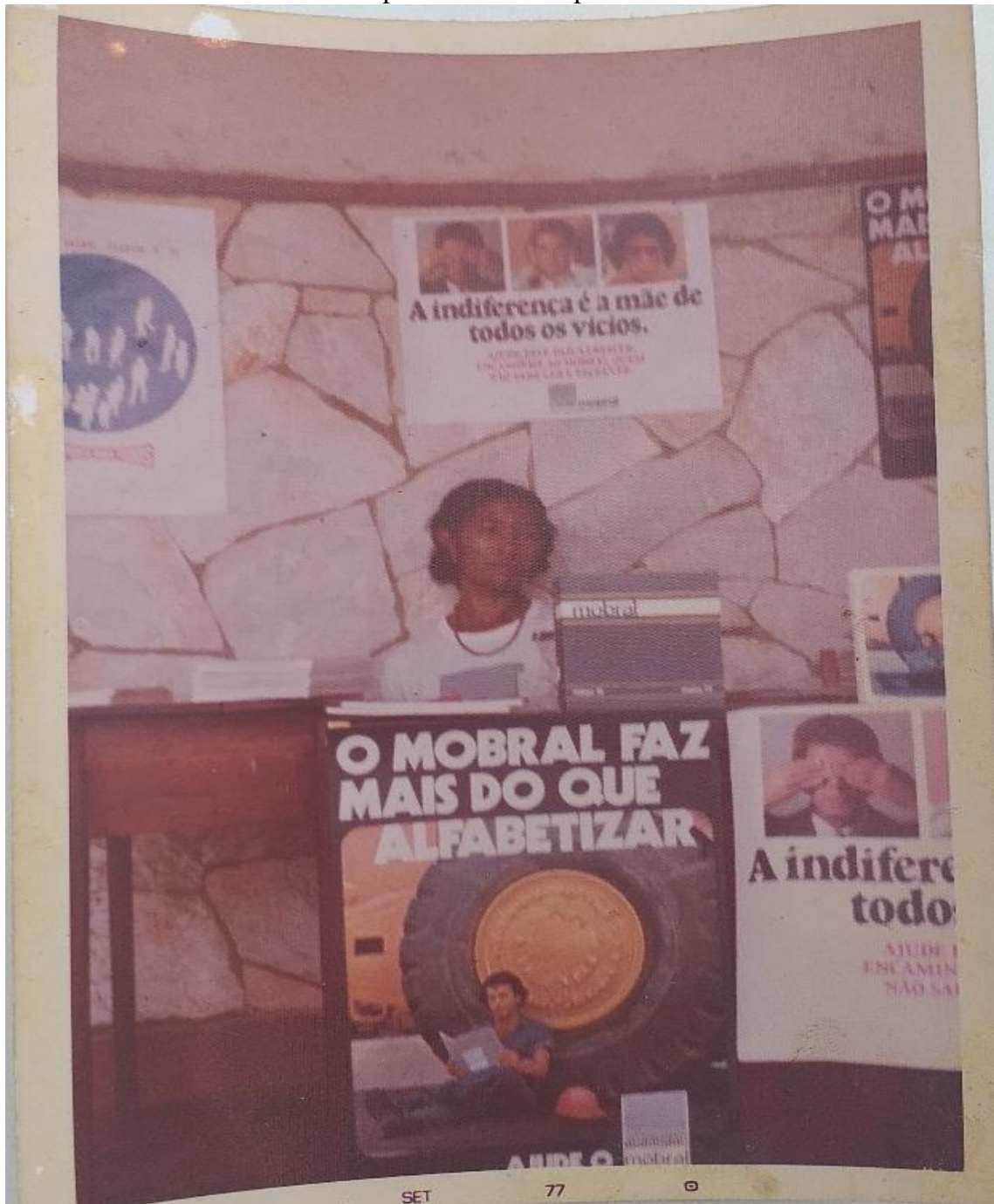
ANEXO

ANEXO A – Coordenação Geral - Zenaide Sousa



Fonte: Arquivo pessoal de ZenaideSousa

ANEXO B - Supervisora Municipal - Iris Oliveira



Fonte: Arquivo pessoal de Iris Oliveira

ANEXO C- Credencial da Supervisora Iris Santana

MEC
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO MOBIL

—NOME—
 IRIS SANTANA BARROS

—ENCARGO—
 ENC. SUPERVISÃO GLOBAL

—COMISSÃO MUNICIPAL DE— U.F.
 PORTO NACIONAL GO

VÁLIDA SOMENTE COM APRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE

—EMITIDA EM—
 01.03.78

—VÁLIDA ATÉ—
 01.03.79

—CÓDIGO MOBIL—

—PRESIDENTE MOBIL—
[Assinatura]

CREDENCIAL

Fonte: Arquivo pessoal de Iris Oliveira

ANEXO D - Certificado capacitação

COMISSÃO MUNICIPAL do Município
de PORTO NACIONAL estado de _____
Certificamos que IRIS
frequentou, com aproveitamento, o CURSO PARA MAXIMIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
na Área Pedagógica, especial para o Programa de Alfabetização Funcional, realizado
em PORTO NACIONAL no período
de 04 a 10 com o número total de 56 horas.
PORTO NACIONAL, 10 DE OUTUBRO DE 1974
nome da cidade e data.

certificado

_____ pelo MOBRAL Central Adelcia de Oliveira - COORDINADORA
_____ pelo MOBRAL Estadual
José Mesquita pelo MOBRAL-Municipal
_____ Prefeito

 mobral

Ministério da Educação e Cultura
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL

MOD. IV / 05-8.000 - 08/74

Fonte: Arquivo pessoal de Iris Oliveira

ANEXO E - Certificado de Capacitação para Alfabetizador Funcional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO MOBRL EM GOIÁS

CERTIFICADO

Certificamos que NAIDES S. BARROS
participou do treinamento de ALF. FUNCIONAL com o total de 34 hs.
realizado em PORTO NACIONAL
no período de 12 a 15 de OUTUBRO de 197 8
promovido pela Coordenação Estadual de Goiás.

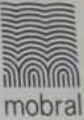

COORDENADOR ESTADUAL


AGENTE PEDAGÓGICA

Fonte: Arquivo pessoal de Iris Oliveira

ANEXO F - Diploma de conclusão do Curso de Alfabetização Funcional

Continuação Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAF



DIPLOMA

A COMISSÃO MUNICIPAL do Município
de Porto Nacional estado de Goiás confere
a Pedro Elias de Aquino nascido
em 01 de maio de 1962 no município de Begoninho de Nazaré
estado de Goiás filho de João Rocha de Aquino
e de Maria Elias de Aquino o presente certificado de conclusão
do CURSO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL ministrado no período
de 01 de maio a 07 outubro de 1979

Porto Nacional Pedro Elias de Aquino
nome do município e data aluno

Antônia de Alencar Fernandes Silvash
alfabetizador presidente da Comissão Municipal

JOINTUNIA DA ALFABETIZAÇÃO MOBRAF Nº 001 - 1.700.000 - 01
CNP - 016221-01-12

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional

ANEXO G - Encontro de idosos (a) em Porto Nacional (MOBRAL)



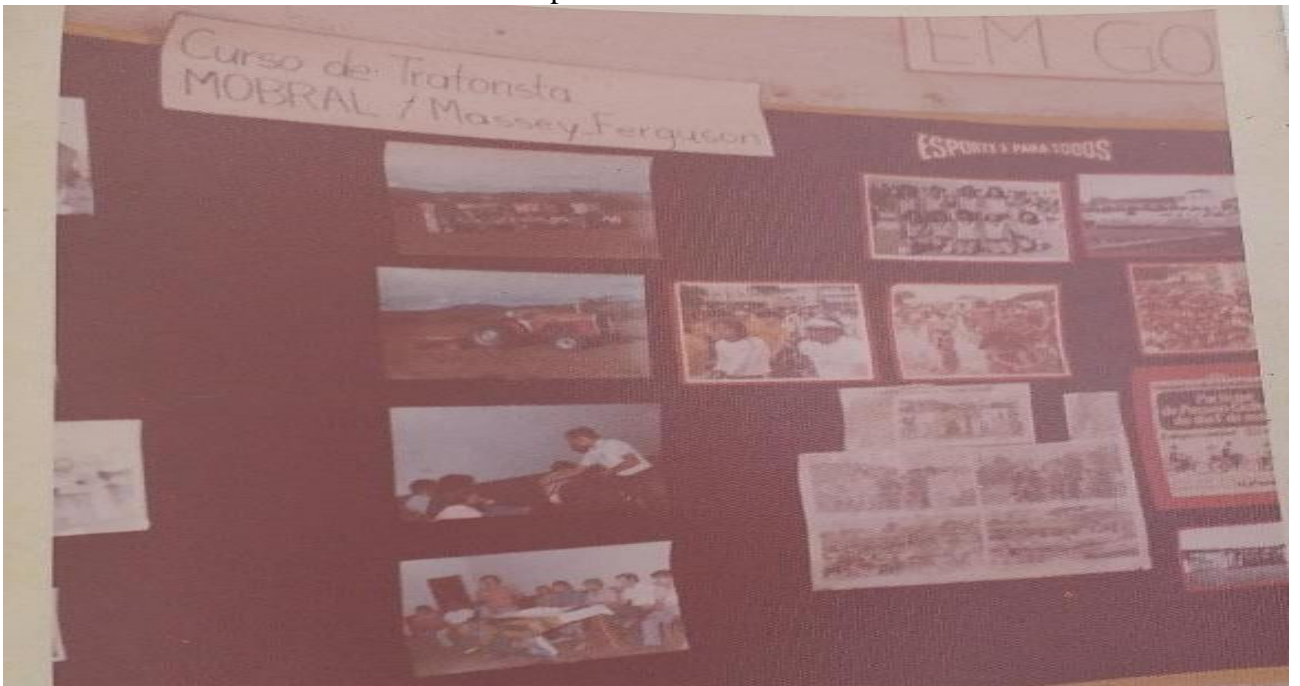
Fonte: Arquivo pessoal de ZenaideSousa

ANEXO H - Festival de Música em Porto Nacional (MOBRAL)



Fonte: Arquivo pessoal de ZenaideSousa

ANEXO I – Curso profissional de Tratoristas



Fonte: Arquivo pessoal de Iris Oliveira

ANEXO J – Certificado de curso de profissionalização – Educação Comunitária

Ministério da Educação e Cultura
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização

CERTIFICADO

A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL, através de sua Comissão Municipal, DIANÓPOLIS confere o presente certificado ao (a) Sr(a) ALZIRA BARROS por ter freqüentado com aproveitamento o PROGRAMA DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O TRABALHO realizado no Município de DIANÓPOLIS

Estado de GO/DF, 15 de dezembro de 1980
Curso de Bordado à Mão



Presidente do MOBRAL



Presidente da COMUN



Fonte: Arquivo pessoal de Benvinda Dourado

ANEXO L - Capa do Livro de Exercícios do MOBRAL



Fonte: <http://acarusbr.blogspot.com/>